



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Arquivos de Movimentos Sociais:

indexando documentos populares

Jean Marcel Caum Camoleze
Sonia Troitiño

Como citar: CAMOLEZE, J. M.; TROITIÑO, S. Arquivos de Movimentos Sociais: indexando documentos populares. *In:* FUJITA, M. S. L.; ALVES, R. C. V.; ALMEIDA, C. C. (org.).

Modelos de leitura Documentária para Indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 405-424.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-07-1.p405-424>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: INDEXANDO DOCUMENTOS POPULARES

Jean Marcel Caum CAMOLEZE

Sonia TROITIÑO

RESUMO: Este trabalho tem por finalidade apresentar uma proposta para a indexação de documentos populares e acervos de movimentos sociais. Todo documento, além de ser fonte de informação, expressa atividade humana, dentro de uma entidade cultural, inserida no tempo e no espaço. Frente a isso, a produção documental das organizações típicas de movimentos sociais também segue padrões estabelecidos e apresenta finalidades específicas. No caso dos movimentos sociais, a produção de documentos pode conduzir a elaboração de registros para auxiliar em sua própria organização administrativa ou conduzir a documentos criados com o intuito de formar e comunicar a seus participantes diversos assuntos. Esta última categoria pode ser classificada como Documento Popular por se destinar para a educação dentro do próprio movimento e ser concebido a partir de regras e estruturas culturais determinadas por sua origem. Desse modo, este trabalho utiliza como metodologia para indexação o Modelo de Leitura Documentária (FUJITA; RUBI, 2006a), a fim de atingir a recuperação da informação e satisfazer as necessidades do usuário. Consideramos que os resultados foram alcançados de maneira satisfatória em relação a indexação da documentação popular, mesmo diante da necessidade de adaptações realizadas na metodologia originalmente escolhida, a fim de atender as especificidades documentais típicas desses registros.

PALAVRAS-CHAVE: Documento Popular. Indexação. Leitura Documentária. Movimentos Sociais.

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-07-1.p405-424>

ABSTRACT: This paper aims to present a proposal for the indexation of popular records and social movements archives. Every record, besides being a source of information, expresses human activity within a cultural entity, inserted in time and space. Therefore, record creation of organizations typical of social movements also follows established standards and has specific purposes. In the social movement situation, records creation may lead to the elaboration of records to assist in their own administrative organization or to records created in order to teach and communicate to its members various subjects. This last category can be classified as Popular Record because it is intended for education within the movement itself and is idealized from rules and cultural structures determined by its origin. Thus, this work uses as methodology for indexing the Documentary Reading Model (FUJITA; RUBI, 2006a), in order to achieve information retrieval and satisfy user needs. It is considered that the results were satisfactorily achieved in relation to the indexation of popular records, even in face of the necessity of adaptations in the originally chosen methodology, in order to attend the documentary specificities of these registers.

KEYWORDS: Popular Records. Indexing. Documentary reading. Social movements.

1 INTRODUÇÃO

A indexação é uma atividade essencial, voltada para a recuperação informacional, seja para a finalidade da gestão documental ou com função memorialística e de reconhecimento identitário dos atos institucionais. CHAUMIER (1990, p.278) chama a atenção para o fato de que “nada adianta arquivar um documento que não saberemos encontrar porque ele não foi indexado ou, ainda, porque ele foi indexado de maneira incorreta”. Dessa maneira, é preciso considerar o emprego de métodos eficazes para garantir o sucesso do processo de indexação, por meio de uma política capaz de avaliar “o contexto da instituição mediante requisitos para a definição tanto na indexação quanto na recuperação” (FUJITA; TROITIÑO, 2018). Assim, a indexação não pode ser aplicada como um processo isolado na gestão de documentos, mas deve ser entendida como parte integrante do tratamento da informação. Principalmente, quando considerada no momento do protocolo de documentos, com o intuito de garantir a integração entre o registro do conhecimento gerado pela entidade produtora e a recuperação da informação.

Dessa forma, a indexação consiste em uma atividade vital para a funcionalidade da gestão documental, pois facilita a pesquisa de documentos e de informações (GUIMARÃES, 2009). No entanto, Barbadillo Alonso (2007), pela ótica de Fujita e Troitiño (2018, p. 96), apresenta uma

importante colaboração ao uso da indexação na gestão documental, principalmente no que se refere ao processo de classificação arquivística aplicado no nível hierárquico “série” evitando, assim, a sobrecarga do plano classificatório do fundo e mantendo a coerência do arranjo na organização documental. Então, mesmo a indexação e a classificação sendo processos e etapas distintas da gestão documental, quando aplicadas concomitantemente, ampliam as possibilidades de aproveitamento e recuperação da informação trazendo, conseqüentemente, benefícios aos usuários do sistema arquivístico.

Segundo a norma UNE ISO 15489:1 (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMAS TÉCNICAS, 2016), gestão documental pode ser definida como o “controle eficaz e sistemático da criação, recepção, armazenamento, uso e a disposição de documentos de arquivo, incluindo os processos para capturar e manter a evidência e a informação sobre as atividades e operações da organização em formato de documentos”. Nesse sentido, é possível entender que a indexação documental, com seus métodos e objetivos bem definidos, agrega maior eficácia no controle do ciclo de vida do documento, quando presente em todas as etapas da gestão documental. Isso porque, os termos identificados e traduzidos para a linguagem técnica, por meio de vocabulário controlado.

A indexação, quando discutida e implementada junto a criação do documento, preferencialmente na fase de seu protocolo, auxilia de maneira efetiva na recuperação da informação e na organização documental, como destacam Fujita e Troitiño (2018, p. 98);

[...] no processo de gestão documental, a indexação assume função de destaque devido ao papel que cumpre ao representar a informação, auxiliando na recuperação de documentos. Por outro lado, também atua diretamente na racionalização do sistema de organização documental ao colaborar com a aplicação do plano de classificação, sem que este acarrete na ocultação de conteúdos de ordem temática [...].

Por sua vez, Troitiño, Fujita e Neves (2016) defendem que o nível classificatório adequado à aplicação da indexação é o do documento, posto apresentar uma estrutura textual que permite a identificação de conceitos úteis e necessários para a gestão de informações e recuperação

de documentos inseridos no sistema arquivístico, sendo esta uma operação a ser realizada durante o protocolar da unidade documental. Com isso, localizar, acessar e disponibilizar a informação de maneira precisa e ativa pode ocorrer em todas as etapas do ciclo de vida do documento e não apenas após sua destinação final, quando o documento é definido como de guarda permanente. Outra vantagem em se indexar documentos no início de seu ciclo de vida é a desta ação garantir a integração das informações contidas no documento durante sua produção, uso e destinação e a compreensão do contexto sociocultural da

Se por um lado, a vantagem da aplicação da indexação de documentos no início da primeira fase do ciclo de vida fica evidente, é preciso igualmente considerar as vantagens trazidas pelo método para a organização de grandes massas documentais, que já se encontram em fase permanente. A ausência de acompanhamento do ciclo de vida do documento é uma realidade frequentemente encontrada em acervos de movimentos sociais. Constata-se a existência de uma produção documental extremamente ativa dentro desses segmentos populares, porém, normalmente não sistematizada em sua gestão e guarda, o que conduz a dificuldades na recuperação de informações.

Em decorrência da ausência de um modelo de tratamento arquivístico amparado na gestão documental, os prejuízos relativos à formação da memória e construção da história relativa aos movimentos sociais são inevitáveis e sintomáticos da falta de uma política específica voltada para a preservação dos registros documentais que lhe caracterizam. De igual modo, a ausência da adoção de metodologias e critérios claros para o tratamento de documentos tem como efeito a dificuldade de promover uma indexação que realize a identificação dos termos descritivos indicadores do conteúdo presente no documento, a fim de possibilitar à sua recuperação posterior.

No esteio dessas constatações, percebemos a necessidade de compreender a produção documental dentro dos movimentos sociais e as particularidades assumidas na documentação típica de movimentos sociais, os chamados documentos populares, para a aplicação de um método de indexação capaz de respeitar a natureza dos documentos e, simultaneamente, garantir a recuperação de seus conteúdos de forma precisa e produtiva para os interessados que à ela recorrem.

2 PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS

A produção documental se dá dentro de uma estrutura cultural determinada, tendo por objetivo comunicar informações de maneira a cumprir uma finalidade estipulada pelo seu órgão produtor de origem. Dessa forma, a produção documental além de auxiliar na organização administrativa de uma instituição, também colaborar para pensar os atributos técnicos e intelectuais de um documento, de modo a contextualizá-lo.

Nestes termos, a produção documental deve ser exercida como primeira atividade na gestão dos documentos, seja em órgãos públicos e privados, seja em movimentos sociais. Isso porque a produção documental tem como premissa pensar a constituição do documento em sua melhor funcionalidade, conforme os objetivos do órgão produtor. Conforme destaca Pazin-Vitoriano (2012, p.33),

A produção documental e o arquivo dessas organizações são também reflexos dessa relação. Em função da dupla característica dos documentos que registram o relacionamento de seu produtor, seja ele um indivíduo ou uma entidade, com as instâncias governamentais e com outras instâncias privadas, eles sofrerão influência, em sua criação, das condições e exigências legais existentes.

A criação do documento não é um ato aleatório, mas antes fruto de uma sequência de procedimentos técnicos e intelectuais que irão ajudar a cumprir uma finalidade determinada, inicialmente dentro do órgão produtor e que, posteriormente, servirá a pesquisa ao garantir a recuperação da informação e a difusão de elementos para a constituição do conhecimento. No caso dos movimentos sociais, esta produção pode formar documentos para auxiliar na organização administrativa e documentos com o intuito de formar e comunicar aos seus participantes sobre diversos assuntos do movimento. A esta última categoria de documentos podemos chamar *documento popular*: documento criado dentro das estruturas culturais do órgão produtor com o objetivo de transmitir informações destinadas à educação dentro do próprio movimento.

Dessa forma, os movimentos sociais têm uma produção documental ampla, perfilada, constituída por tipos documentais

diversificados e que decorrem das mais diferentes atividades, resultando em uma acumulação documental de valor substancial. Com isso, a produção documental em movimentos sociais cumpre uma função essencial para o funcionamento deles, pois não se limita apenas a uma extensão das atividades do movimento, mas serve como uma forma de comunicação e educação utilizada entre os integrantes, mantendo viva as memórias e identidades cunhadas ao longo de sua trajetória.

No entanto, a organicidade presente nas atividades típicas de movimentos sociais cria uma dinâmica, em vários aspectos, interferindo na criação de registros, com suas especificidades, fluxo e destinação de documentos. Isto, muitas vezes, ocorre por causa das propriedades e atribuídos do próprio movimento, assim como pela falta de padronização na sistematização da organização documental, como explica Lopez (2012, p.20);

As organizações do movimento social apresentam características próprias que tendem a se perder se forem tratadas com base em esquemas universalizantes. Tais características também tendem a ser diluídas quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Devemos considerar e discutir os elementos informacionais presentes na produção documental de natureza social e política. Nesse tipo de entidade os documentos, muitas vezes, são produzidos, sem regulamentação, normatização oficial, sem muito controle dos padrões de produção, razão pela qual é difícil identificação.

Consequentemente, também se observa dificuldade no estabelecimento dos mecanismos de nomear, reconhecer e denominar os documentos do movimento, criando uma árdua tarefa para a disponibilidade deste acervo, sua difusão e sua conservação, a semelhança do observado por Troitiño (2012). Assim, é sempre necessário estabelecer uma base sólida de critérios para recolocar os documentos em seus contextos e formalizar os procedimentos classificatórios, do nome do documento e de sua definição, respeitando as particularidades e especificidades de sua origem.

Contudo, é preciso considerar que os arquivos estão relacionados com a existência e a funcionalidade da sociedade, fazendo parte do pensar a organização cultural da qual fazem parte. Por isso, entender o valor cultural da Documentação Popular presente nos acervos de movimentos sociais, como parte integrante da formação histórica do sistema ao qual pertencem, e

compreender a produção documental destinada à comunicação e educação, se faz necessário, principalmente, para a classificação desses documentos, recuperação da informação e representação das vivências passadas. Dessa forma, revela-se a missão institucional. Além dos arquivos serem instrumentos essenciais para o funcionamento de uma entidade, também tem utilidade para a compreensão da sociedade a qual estão inseridos e tem efeitos de pesquisa científica, a herança cultural e o testemunho social (BELLOTTO, 2014, p. 306).

3 DOCUMENTO POPULAR NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL

No ano de 1981, o Centro de Documentação Uruguaio - América Latina apresentou uma orientação para a produção de registros das ações de movimentos sociais definindo que, a partir de então, esses seriam chamados de Documentos Populares. O material foi elaborado com base nas resoluções adotadas a partir da Consulta Latino-Americana de Documentação e Comunicação Popular, realizada em 1979; na exposição feita por Alfredo Paiva durante o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), em São Paulo, com o título “Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular” (UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 1980) e do artigo “Documentação”, da Parte II do folheto “Comunicação Popular” (CENTRO POPULAR VERGUEIRO, 1985).

O fomento à produção da documentação popular surge como uma opção e ampliação das formas de comunicação dentro dos movimentos sociais latino-americanos. Em 1980, o Relatório MacBrideda UNESCO (1983), revelou uma disparidade no fluxo informacional entre os grupos com maior aquisição financeira e as camadas populares de uma sociedade. Esta distinção não estava limitada apenas os países ricos e pobres, mas também entre regiões do mesmo país. Segundo Otre (2016, p. 64), o relatório aponta para uma integração mais democrática, na qual o indivíduo não seja mero receptor, mas agente ativo nos processos de comunicação. Nesse contexto, a idealização e o advento da documentação popular encontraram espaço para sua expansão e difusão em seu meio.

Dessa forma, podemos compreender que a Documentação Popular tem sua gestação em momento específico, como explica Rocha (1990, p.8):

A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque clara e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foram considerados um instrumento fundamental para a mudança social.

No Brasil, o texto foi traduzido e publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), em 1982. Posteriormente, o CPV lançaria uma série de publicações intitulada “Documentação”, cujo objetivo focava na importância do papel e do trabalho de documentação desenvolvido pelos movimentos sociais, assim como difundir a produção de conhecimento na América Latina sobre o tema, nesse período. Na segunda edição (CPV, 1985, p. 3), é publicado que;

A documentação não é uma atividade em si, dotada de uma finalidade que se esgota em si mesma; mas é uma atividade instrumental, ora a serviço de uma tarefa global de educação popular entendida como um processo de tomada de consciência, de organização e ação dos Setores populares e oprimidos, ora a serviço de uma prática de caráter eclesial ou pastoral, ou sócio-política e econômica, libertadora, com relação às atuais estruturas de injustiça e opressão.

Sendo assim, podemos considerar que o Documento Popular é o registro de informações em determinado, suporte produzida pelos movimentos sociais com o intuito de formar e informar seus membros, além de estabelecer critérios para a sua produção, tais como o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentações e a manter a perspectiva da classe em relação à produção documental.

Segundo o texto publicado pelo Centro de Documentação Uruguaio-América Latina (CEDUAL), o Documento Popular é um

instrumento de mudança social, que ajuda no processo de educação popular, proporcionando aos setores populares a informação (CEDUAL apud CARVALHO, 1999). Então, compreende-se que o documento popular explicitado, tem como foco à formação dos movimentos sociais, que não ocorrem pelas estruturas determinadas, mas por um processo histórico composto de saberes, informações e organização cultural que se transmite pelas vivências e experiências coletivas.

Dessa forma, documentos populares podem ser considerados instrumentos cotidianos, a serviço dos setores populares voltados para a dinamização de suas lutas (CPV, 1985). Portanto, sua produção implica na adoção de dois requisitos fundamentais em sua elaboração: 1) Apoio aos setores populares a fim de progredirem na tarefa de documentar sua própria prática e possibilitar uma acumulação de experiências, que permita sua utilização posterior, com a finalidade de comunicar sua aprendizagem social e política a outros grupos populares; 2) Capacitação a fim de que os grupos populares saibam documentar-se para enriquecerem suas práticas sociais.

Bellotto (2014, p. 132) acredita que a produção e existência de documentos se justificam “pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, deveres etc. de modo a preservar o testemunho”, além de colaborarem posteriormente para os estudos da historiografia social e na composição da identidade coletiva dos movimentos sociais. De igual modo, a produção de documentos populares obedece a esta lógica.

Dito de outra forma, a concepção dos documentos populares ocorre em decorrência de uma criação cultural dentro dos movimentos sociais, não se restringindo à produção material; envolve as maneiras de organização, comunicação e difusão das informações, criando experiências e vivências, conforme explica Marx no livro “O Capital”, ao referenciar a formação do proletariado, o que nos permite refletir sobre os movimentos sociais:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e outro polo pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume,

reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes. (MARX, 1983, p. 73).

Nessa perspectiva, as vivências humanas e as organizações culturais revelam-se fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais e sua produção documental, uma vez que a sua constituição ocorre em locais e tempos diferentes e acumula distintos conhecimentos e saberes e promovem a mediação cultural entre os indivíduos e a coletividade. Esta mediação coloca o movimento social e seus militantes não apenas como receptores das informações contidas no documento, mas também como produtores e protagonistas de todo o processo informativo e de construção conhecimento.

Partindo dessa perspectiva, o Centro de Documentação Uruguaio (CEDUAL apud CARVALHO, 1999) indica alguns princípios metodológicos para a produção do Documento Popular. Entre os elementos intrínsecos básicos estão destacados o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentações e a manter a perspectiva da classe em relação à produção documental. Em referência a fontes dos trabalhos de documentação é necessária abranger a complexidade que o movimento está inserido e a integridade dos dados informacionais que são coletados para a produção documental. No entanto, a apresentação dos dados e das informações precisam ser interpretadas e analisadas de maneira reflexiva.

Por fim, sobre os princípios metodológicos apresentados pelo Centro de Documentação Uruguaio - América Latina (CEDUAL apud CARVALHO, 1999), tem-se que a técnica de se documentar deve manter a perspectiva de classe, ou seja, os documentos precisam se comunicar com a base popular, utilizando-se de características próprias e respeitando as particularidades dos movimentos sociais. Com isso, o documento popular comunica a partir do meio no qual está inserido, colaborando para sua organização cultural.

Desse modo, documentos populares seguem uma lógica comum em sua produção até a destinação final. A forma de pensar, os modos de produzir e os elementos intrínsecos a essa documentação são práticas culturais eminentes de um tempo e espaço, além de configurar como

protagonismo dos movimentos sociais e uma percepção crítica da realidade e das relações entre sujeito e sociedade, que compõem um processo dialético na formação sociocultural.

Ainda que o termo Documento Popular não seja contemplado pela literatura arquivística presente, é constante a presença destes documentos em acervos de movimentos sociais, centros de memória e documentação e em arquivos públicos e privados. Por isso, a necessidade de pensar sua produção e valor cultural de maneira sistemática, a fim de garantir a recuperação dessas informações e a compreensão do contexto de origem.

Para além de informar e formar os movimentos sociais, documentos populares carregam consigo marcas do social, seja por seu valor memorialístico e identitário, seja por meio da história à qual servem. Dessa forma, contextualizar a informação e seus suportes de registro é também entender as necessidades e as possibilidades de integração dentro de uma estrutura organizacional específica. Documentos Populares não apenas transmitem informações, eles despertam conhecimento crítico e destaca o protagonismo social na produção de saberes.

4 MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA: PROPOSTA PARA DOCUMENTOS POPULARES EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A indexação é fator de grande importância tanto para a recuperação da informação, quanto para a representação arquivística de documentos. Com base no estudo temático sobre um conjunto documental e nas demandas dos usuários, são elaborados termos identificados, a partir do conteúdo dos próprios documentos, que permita o acesso de maneira eficaz e precisa.

No entanto, metodologias adequadas precisam ser utilizadas para não restringir a recuperação das informações contidas nos documentos. Essa é uma questão particularmente importante, quando consideramos a indexação de documentos não convencionais, no sentido do uso da formalização administrativa, em sua concepção. Desse modo, para realizarmos a indexação de documentos com esse grau de complexidade, encontrados em acervos de movimentos sociais, precisamos de uma leitura atenta e direcionada.

Para tanto, a metodologia de leitura documentária proposta por FUJITA (1999, 2003) pode vir a atender de maneira satisfatória a demanda do usuário, através da identificação de conteúdos e, posteriormente, da adaptação para termos identificados, que permitam o alcance de bons resultados durante a pesquisa e a recuperação da informação, ao considerar que o modelo de Leitura Documentária utiliza “o conhecimento de estruturas textuais do leitor apoiado em estratégias mais sistemáticas de identificação de conceitos para agilizar sua compreensão e realizar uma leitura rápida, em que o indexador torna-se mais estratégico que o leitor normal” (FUJITA; RUBI, 2006b).

Os estudos que orientaram o surgimento do modelo de Leitura Documentária discutem algumas dificuldades encontradas pelo indexador, diante da complexidade da análise de assunto, como explica Fujita (2010, p.2);

[...] da mesma forma, que a dificuldade de um leitor frente a um texto com o qual é preciso interagir à distância com as ideias de um autor, acrescendo aí, a variável contexto do sistema de informação, além da formação e atuação profissional do indexador. Inicialmente, demonstra o indexador visto como leitor a partir de uma perspectiva cognitiva e linguística e observa sua leitura documentária, constatando estratégias metacognitivas preconizadas por teóricos da leitura e estratégias específicas da atividade de análise de assunto em indexação.

A dificuldade apresentada pelas autoras, também pode ser encontrada na indexação de documentos populares em seu contexto de criação e preservação. Quando o indexador não tem familiaridade com as particularidades que compõe os documentos sobre os quais debruça sua análise, o processo de indexação pode sofrer interferências provocadas pela dificuldade na identificação de conceitos, podendo dificultar a recuperação da informação para o usuário e a omitido parte da transmissão do conteúdo proposto pelo autor.

No caso de acervos oriundos de movimentos populares, essas dificuldades ocorrem por diversos motivos. Entre elas, duas merecem destaque: 1ª a falta do estabelecimento de termos controlados, tanto por parte de especialistas, como de não especialistas, gerando uma ausência de procedimentos sistematizados para a identificação dos conceitos relativos

às funções, atividades e registros típicos de movimentos sociais; 2ª o não conhecimento do indexador sobre a estrutura sociocultural da produção dos documentos populares e dos acervos de movimentos sociais, elemento essencial para conseguir identificar os conceitos e promover uma ligação entre usuário, autor e informação.

Na tentativa de minimizar o impacto, ou antes, as ausências de metodologias especialmente desenhadas para o tratamento de informação nessa situação, propomos o uso do Modelo de Leitura Documentária, desenvolvido por Fujita e Rubi (2006b). Acreditamos que ambas as dificuldades destacadas, podem ser resolvidas pela utilização dessa metodologia, pelo fato de se apoiar em uma leitura documental sistemática, do mesmo modo que em protocolos capazes de dinamizar a leitura sem danos à informação contida no documento. No que diz respeito a falta de uma terminologia estabelecida para o tratamento de corpus documentais com esse perfil, a conversão dos termos identificados, conforme linguagem documentária adotada, promove a garantia de uso terminológico reconhecido pelo usuário e pelo autor em referência ao tema pesquisado. Por sua vez, a questão do desconhecimento do indexador sobre o vocabulário utilizado, estruturas de poder e estratégias empregadas por movimentos sociais poderia ser sanada a partir de capacitação, por meio do estudo prévio sobre o órgão produtor e a proveniência dos documentos, assim como do reconhecimento das particularidades de cada movimento social. Estes são elementos que podem auxiliar a resolver a dificuldade da identificação de conceitos e seus significados.

Para tanto, realizaremos, no tópico seguinte, um exercício prático de leitura documentária de um documento popular, a fim de comprovar a adaptabilidade do emprego da metodologia de Leitura Documentária no tratamento da informação de acervos de movimentos sociais, testando a efetividade, precisão e eficácia da identificação dos conceitos, além do posterior uso na recuperação de documentos.

Assim, seguindo o proposto por Fujita e Rubi (2006a) dividimos a leitura do documento em três procedimentos básicos a serem adotados: 1) exploração do conhecimento da estrutura textual; 2) identificação de conceitos; e 3) seleção de conceitos. O primeiro procedimento de leitura consiste na observação da estrutura do texto, por meio da análise de partes como título, resumo, métodos e resultados. Cabe ressaltar, que

nos documentos populares os termos utilizados podem variar por meio de sinônimos, tais como resultado e conclusões, resumo e apresentação e outros tantos. Isso se deve ao fato de esse tipo de documento ter como objetivo informar a grupos das camadas populares, por meio da utilização de linguagem coloquial característica dos membros dos movimentos sociais. O segundo procedimento de leitura, a identificação dos conceitos, deve ser realizada combinada com a exploração da estrutura textual. Considerada como principal etapa da leitura, a identificação dos conceitos, reconhece a formação das ideias presente no discurso por meio de palavras. Desta maneira, são detectados elementos tais como a ação, o objeto da ação, o agente da ação, o local e o tempo da ação. Por fim, após a identificar, é realizada a seleção dos conceitos, conforme representação pertinente ao conteúdo do documento, sua produção e a estrutura cultural a qual está inserido. Desta maneira, a interação entre usuário, autor e informação é construída de modo coeso, reduzindo os danos e as perdas informacionais contidas no documento.

No caso da aplicação do processo de indexação, tendo por base o Modelo de Leitura Documentária, em documentos populares e acervos de movimentos sociais, é preciso considerar que quando, nas duas últimas etapas do protocolo, o indexador possui conhecimento prévio sobre a proveniência, sua estrutural sociocultural (cenário contextual) e produção documental, a qualidade da recuperação da informação é otimizada e as possibilidades de pesquisas do usuário são ampliadas.

5 APLICABILIDADE DO MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA EM DOCUMENTOS POPULARES: ESTUDO DE CASO SOBRE O ACERVO DO MST

Com o intuito de demonstrar a aplicabilidade do Modelo de Leitura Documentário em Documentos Populares e acervos de Movimentos Sociais, utilizaremos um documento do Fundo do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) – acervo sob custódia do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM). A atuação do MST foi fundamental para a história brasileira, fazendo parte de um processo de transição política e econômica do país; seus mais de 30 anos de registros documentais

representam um acúmulo de lutas realizadas por causa das questões agrárias nacionais e a estruturação de políticas públicas para o uso social da terra.

Em 1998, os documentos do MST correspondentes às atividades de formação desenvolvidas, entre os anos de 1980 e 2001, foram entregues ao CEDEM. Esse conjunto de documentos, proveniente da Coordenação Nacional do MST, se encontrava acumulado na Sede Nacional, na cidade de São Paulo (CEDEM, 2018). A documentação foi reunida a partir dos trabalhos de campo do professor e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que viajou o país no final dos anos 1990, para levantar dados para sua tese de doutorado sobre a formação do Movimento (FERNANDES, 2000).

No Guia do Acervo do CEDEM (2018) é mostrado a diversidade de dimensões e suportes dos documentos, composto por registros textuais, bibliográficos, iconográficos e audiovisuais. Em relação a âmbito e conteúdo dos materiais, o acervo;

[...] é composto por publicações do MST e sobre o MST, material de propaganda, cadernos de formação e educação, recortes de jornal, relatórios de reuniões, correspondências, projetos, material pedagógico, documentação financeira e administrativa, documentos textuais produzidos pelo Setor de Educação da sede nacional, fitas de vídeo e o Jornal dos Trabalhadores sem Terras. (CEDEM, 2018, p. 109-110).

Devido às especificidades e características próprias do MST, esse conjunto de documentos forma um acervo complexo e com grandes particularidades. Dessa forma, a normalização trazida pela indexação, aliada a outros critérios para o tratamento arquivístico de documentos, entre eles a definição de tipos documentais, auxilia na formação das séries documentais e, posteriormente, em sua organização e na futura recuperação da informação.

Para elucidar a aplicabilidade do modelo em questão, dentro do Fundo MST (CEDEM, 2018), elegemos o documento popular intitulado “Vamos Organizar a Base”, de 1993. Este documento tem por objetivo explicar as alterações estruturais ocorridas no MST, que levaram a transformações dos setores em instâncias regionais ou estaduais.

Dessa forma, executamos as três etapas de leituras propostas pelo Modelo de Leitura Documentária, realizando a adaptação de termos mais usuais encontrados em documentos produzidos por movimentos sociais e promovendo o preenchimento da fórmula proposta por Fujita (1999), elaboramos o quadro que se segue:

Quadro 1 - Modelo adaptado da Leitura Documentária para o Documento Popular *Vamos Organizar a Base*

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	TERMOS TRADUZIDOS DA LINGUAGEM
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Organização da Base	Organização de Base Setores
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Formação	Formação Educação
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Coordenação Nacional do MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais MST Coordenação Nacional do MST
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA	Não aplicável	Não aplicável
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	São Paulo Sede Nacional do MST	São Paulo Sede Nacional do MST
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Criação dos Setores Estrutura Organizativa Instâncias	Organização Instância Formação

Fonte: Adaptado de CEDEM, Fundo MST (1993).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões aqui expostas, fica evidente que a utilização metodológica para a indexação de documentos populares e acervos de movimentos sociais é de suma importância. A indexação precisa ser considerada como uma atividade pensada já na fase de produção, mas vigente até a destinação final do documento, importante para potencializar a recuperação da informação e fomentar a pesquisa.

Em relação aos documentos populares e aos acervos de movimentos sociais, a realização de uma indexação precisa, ativa e metodológica se faz essencial, por causa da dinâmica específica da produção documental dos movimentos sociais e, muitas vezes, da não organização ou gestão documental. Diante desses aspectos, o modelo de Leitura Documentária pode ser de grande auxílio para uma indexação eficaz da documentação, pois é capaz de criar termos que promovam a integração entre autor, usuário e a informação contida no documento pesquisado.

Porém, cabe ressaltar que a adaptação do método é relevante para a melhor eficácia da aplicação do modelo em documentos populares e em acervos de Movimentos Sociais, de um modo geral. Da mesma forma, é importante considerar a flexibilidade das partes textuais, por conta de termos empregados no texto. Como exemplo, citamos os casos nos quais consta nos documentos a utilização do termo “apresentação” ao invés de “introdução” ou, então, o uso da expressão “considerações finais” no lugar de “resultados”, ainda que conceitualmente sejam expressões que remetem a sentidos distintos.

Assim, acreditamos que a boa funcionalidade e aplicabilidade do modelo em questão, em documentos populares, passam por um conhecimento prévio do indexador referente ao sistema burocrático-histórico-social que envolve os movimentos sociais e seus registros documentais. No entanto, observadas e incorporadas essas questões, comprovou-se que o método é de grande eficácia para a preservação e acessibilidade dos conteúdos informacionais presentes nos documentos populares de acervos de movimentos sociais. Dessa forma, alcança-se o objetivo proposto pela indexação, o de recuperar as informações de acordo com as necessidades do usuário.

REFERÊNCIAS

- BARBADILLO ALONSO, J. Apuntes de clasificación archivística. *Legajos*: cuadernos de Investigación Archivística y Gestión Documental, Publicación del Archivo Municipal de Priego de Córdoba, n. 10, p. 27–50, 2007.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CARVALHO, Luciana Moreira. O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: CPDCs. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 9, n.2, p. 439-454, 1999.
- CEDEM. *Guia do acervo – CEDEM*. São Paulo: Cedem/UNESP, 2018.
- CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Definição e conteúdo da Documentação Popular*. São Paulo: CPV, 1982.
- CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Discutindo Documentação*. São Paulo: CPV, 1985. (Série 2).
- CHAUMIER, J. L'indexation documentaire; de l'analyse conceptuelle humaine à l'analyse automatique morphosyntaxique. *Documentaliste*, Paris, v. 27, n. 6., p. 275-284, nov./dec. 1990.
- FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional*. 2003. 321f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária*. 1999. 123 f. Relatório parcial (Projeto Integrado de Pesquisa) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 1999.
- FUJITA, M. S. L. *O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino*. 2010. p. 98-102. Relatório final (Bolsa de Produtividade em Pesquisa – CNPq) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 2010.
- FUJITA, M. S. L., RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 7, p.1 - 18, 2006a.
- FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire Zaragoza*, v.12, p. 47 - 69, 2006b.

- FUJITA, M. S. L.; TROITIÑO, S. Política de indexação em instituição de saúde. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 3, n. esp., p. 95-116, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v3iEspecial.2018.39719.95-116>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39719>. Acesso em: 20 de abr. 2019.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens Teóricas de Tratamento Temático da Informação (TTI): Catalogação de Assunto, Indexação e Análise Documental. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 15 set. 2009. Disponível em: <http://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/view/3730>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- LOPEZ, A. Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores. In: MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (org.). *Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2. Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p.15-32.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1.
- OTRE, Maria Alice Campagnoli. *Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil*. São Paulo: Fundação JK, 2016.
- PAZIN-VITORIANO, M. C. C. *Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROCHA, M. M. O. *Documentação e movimento popular: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular – Recife*. 1990. 111p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.
- TROITIÑO, S.; FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. B. Indexing in records management. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO), Brazil-São Paulo, UNESP University. (org.). Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society. *Proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference, 27-29 Set. 2016*, Rio de Janeiro, Brazil. Würzburg: Ergon Verlag, 2016. v. 1, p. 234-242.
- UNESCO. *Um mundo, muitas vozes (Relatório MacBride)*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- UNIÃO CRISTÁ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCBCS). São Paulo. *Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular*. 1980. Disponível em: <http://cpvsp.com.br/upload/periodicos/pdf/PUCBCRJ061980006.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.